

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2003. (Do Sr. SANDRO MATOS)

Requer sejam convidados o Presidente do IBAMA, Senhor Marcos Luíz Barroso Barros, o Presidente da Refinaria de Petróleo Manguinhos, Senhor Arthur Cassiano Bastos Filho, o Presidente da Comissão Estadual de Controle Ambiental do Rio de Janeiro, Senhor Carlos Augusto de Araújo Jorge e a Presidenta da Feema do Rio de Janeiro, Senhora Isaura Maria Ferreira Fraga, para prestarem esclarecimentos sobre possíveis infrações à legislação ambiental e crime ambiental cometidos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Presidente do IBAMA, Senhor Marcos Luíz Barroso Barros, o Presidente da Refinaria de Petróleo Manguinhos, Senhor Arthur Cassiano Bastos Filho, o Presidente da Comissão Estadual de Controle Ambiental do Rio de Janeiro, Senhor Carlos Augusto de Araújo Jorge e a Presidenta da Feema do Rio de Janeiro, Senhora Isaura Maria Ferreira Fraga, para prestarem esclarecimentos sobre possíveis infrações à legislação ambiental e crime ambiental cometidos pela Refinaria de Petróleo de Manguinhos.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 26 de abril, o Jornal do Brasil divulgou a aplicação de multa no valor de 4 milhões de reais, para a Refinaria de Petróleo Manguinhos por infrações à legislação ambiental. As multas foram aplicadas depois de vistoria feita por fiscais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Entre as irregularidades encontradas, estavam a falta de licença ambiental, vazamento de óleo contaminando as canaletas de águas pluviais, disposição inadequada de resíduos e falta de manutenção de equipamentos. A situação é de extrema gravidade, pois não é a primeira vez que essa refinaria é notificada em função de irregularidades encontradas em suas instalações. Existe até a informação de instalação de inquérito para apurar responsabilidades sobre as irregularidades encontradas na refinaria. Torna-se pois urgente averiguar com profundidade estes fatos, identificar os culpados e utilizar com rigor a legislação ambiental, a fim de evitar que seja deflagrado o início de uma onda generalizada de atentados ao nosso meio ambiente.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em de abril de 2003.

Deputado **SANDRO MATOS**
PSB - RJ